



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE PEDAGOGIA – MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**IVÂNIA PATRÍCIA DA SILVA**

**FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA: história da educação inclusiva, conceitos e formação docente.**

**ARARUNA-PB**

**2018**

**IVÂNIA PATRÍCIA DA SILVA**

**FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
história da educação inclusiva, conceitos e formação docente.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado como  
requisito para obtenção do título Licenciatura Plena em  
Pedagogia na Modalidade a Distância pela Universidade  
Estadual da Paraíba – UFPB Virtual

Orientação: Prof. Ms. Carlos da Silva Cirino

**ARARUNA – PB**

**2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586f Silva, Ivânia Patrícia da.

FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA: história da educação inclusiva, conceitos e  
formação docente. / Ivânia Patrícia da Silva. -  
Araruna- PB, 2018.  
43 f.

Orientação: Carlos da Silva Cirino.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Ed. Inclusiva, Inclusão, Atendimento Especializado.  
I. Cirino, Carlos da Silva. II. Título.

UFPB/BC

**FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
história da educação inclusiva, conceitos e formação docente.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado como  
requisito para obtenção do título Licenciatura Plena em  
Pedagogia na Modalidade a Distância pela Universidade  
Estadual da Paraíba – UFPB Virtual  
Orientação: Prof. Ms. Carlos da Silva Cirino

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. \_\_\_\_\_

Prof. Orientador – Ms. Carlos da Silva Cirino  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Prof<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Ms. Giovanna Barroco de Moura  
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

Prof. \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelas oportunidades que pude alcançar no percorrer desta graduação e por sempre me conceder saúde no exercício das minhas atividades acadêmicas.

Aos meus pais que são minha fonte de energia na busca de dias melhores, aos meus familiares, primos, primas, irmãs e sobrinhos que sempre me deram forças, alegrias e ânimo para impulsionar meus desejos com a educação.

Aos meus amigos e amigas, em especial Nayara Soares que esteve sempre me influenciando a crescer.

Ao professor Carlos Cirino, orientador desta monografia, que pôde me dar as coordenadas necessária para finalização desse Trabalho de Conclusão de Curso.

A equipe da escola municipal estudada que me recebeu de braços abertos.

Agradeço ainda a todos os envolvidos com a UFPB que ajudam direta e indiretamente para o sucesso acadêmico dessa instituição.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a aplicabilidade da Lei 13.146/15 no âmbito da Educação Inclusiva em uma escola municipal da zona urbana do município de Araruna/PB, especificamente averiguar se os docentes desta instituição estão capacitados para atender aos discentes deficientes como também distinguir a educação inclusiva da educação especial. A Lei Brasileira de Inclusão foi criada como forma de garantir os direitos inerentes ao indivíduo com capacidades limitadas. A partir de então, surge o questionamento se esses direitos e garantias vêm sendo respeitados e promovidos no ambiente escolar. Com essa finalidade foi aplicada uma pesquisa (qualitativa) e observação de campo. Entrevistaram-se os docentes da instituição através de instrumento com perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de confrontação das respostas com a familiaridade da educação inclusiva. Nessa perspectiva, observou-se ainda que apesar da carência visivelmente detectada em termos de conhecimento e capacitação docente, a comunidade escolar caminha em busca da promoção igualitária e inclusiva. Foi constatado que a falta de formação/capacitação dos professores traz a consciência da necessidade e importância da inclusão. Logo, percebe-se que a aplicabilidade da Educação Inclusiva necessita de uma reorganização metodológica e estrutural que culmine na promoção de oportunidades justas e igualitárias a todos.

**Palavras chave:** Educação Inclusiva. Lei Brasileira de Inclusão. Atendimento Educacional Especializado.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze the applicability of Law 13,146 / 15 in the scope of Inclusive Education in a municipal school in the urban area of the municipality of Araruna / PB, specifically to verify if the teachers of this institution are able to attend the disabled students as well as to distinguish inclusive education of special education. The Brazilian Inclusion Law was created as a way to guarantee the rights inherent to the individual with limited capacities. From then on, the question arises whether these rights and guarantees are being respected and promoted in the school environment. For this purpose a research (qualitative) and field observation were applied. The institution's teachers were interviewed through an instrument with open and closed questions, with the objective of confronting the answers with the familiarity of inclusive education. From this perspective, it was also observed that despite the lack evidently detected in terms of teacher knowledge and qualification, the school community is moving towards egalitarian and inclusive promotion. It was found that the lack of teacher training brings awareness of the need and importance of inclusion. Therefore, it is perceived that the applicability of Inclusive Education requires a methodological and structural reorganization that culminates in the promotion of fair and egalitarian opportunities for all.

**Keywords:** Inclusive Education. Brazilian Inclusion Law. Especialized Educational Service.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1. Diferenças entre a Educação Inclusiva e a Educação Especial .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2. O ensino fundamental I no contexto da inclusão.....</b>	<b>18</b>
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>21</b>
<b>3.1. Caracterização da pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>3.2. Local da pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>3.3. Participantes .....</b>	<b>22</b>
<b>3.4. Instrumentos e procedimentos para a coleta de dados .....</b>	<b>22</b>
<b>3.5. Análise dos dados .....</b>	<b>23</b>
<b>3.6. Considerações éticas.....</b>	<b>23</b>
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>24</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICE</b>	
<b>ANEXOS</b>	



## **GLOSSÁRIO**

- AEE - Atendimento Educacional Especializado
- CENESP – Centro Nacional de Educação
- CF - Constituição Federal
- IBC - Instituto Benjamin Constant
- IISM – Imperial Instituto Surdo Mudo
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- EPD – Estatuto da Pessoa com Deficiência
- LBI – Lei Brasileira de Inclusão
- LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado surgiu a partir de pesquisas realizadas em bibliografias e literaturas consultadas, bem como, observações locais e empíricas que levaram a questionamentos acerca da implementação da Lei 13.146/15, como também, a efetivação dos direitos e garantias inerentes aos indivíduos com deficiência. Tendo como objeto de estudo a Educação Inclusiva, que se pretendeu expandir à população acadêmica levantamentos seguros quanto à aplicabilidade da lei que rege os direitos da pessoa com deficiência.

Por essa via, a escola deve funcionar como o meio mais eficiente de incluir indivíduos com necessidades especiais, desde a acessibilidade, o conhecimento, a garantia de direitos, até a concretização do processo de inclusão. No entanto, o professor sozinho, conseguiria arcar com a garantia da manutenção dos direitos de um aluno com necessidades especiais?

Essa indagação nos levou a refletir sobre a importância da transformação social própria ao espaço escolar, assim como, também, a promoção da construção de cidadão crítico e reflexivo. Todavia, a escola é um dos pilares para a estruturação da cidadania e não a única responsável. O conjunto que rege o governo, escola, professores e sociedade colaboram para a garantia de direitos e deveres não apenas para o aluno com necessidades especiais, mas, para todos.

Analisando as informações retidas em relação ao papel da escola diante da sociedade, notou-se também que é necessário descobrir os erros para trabalhar os acertos. O fato de a Educação Inclusiva ter se tornado um direito respaldado por lei, não significa que esteja sendo aplicada da forma correta e não obstante que os professores também estejam capacitados para tal modelo educacional.

Dessa forma, a problemática desta pesquisa surgiu a partir de questionamentos quanto à atualidade, em pleno século XXI, se os docentes de uma determinada instituição escolar municipal estão aptos para trabalhar com a educação inclusiva. Juntando-se a essa problematização, apontou-se a motivação dessa pesquisa em descobrir como acontecem as ações referentes ao acesso e a implementação da pessoa com deficiência no âmbito da instituição escolar, especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental, o que fundamentou nossas proposições.

Partindo do que se observam nas escolas em relação ao atendimento dos discentes considerados deficientes, as dificuldades de diferenciar a educação inclusiva da educação especial e a aplicabilidade da Lei nº 13.146/15, a qual versa sobre os direitos de igualdade da

pessoa com deficiência, a presente pesquisa teve o intuito de responder a seguinte problemática: A Lei Brasileira de Inclusão está sendo realmente aplicada em uma escola municipal de Araruna/PB? Os professores estão de fato capacitados para trabalhar com a educação inclusiva?

A relevância da pesquisa enfatiza a importância de falar sobre o tema problematizado para a comunidade escolar, especialmente para os docentes, onde os mesmos poderão identificar possíveis melhorias no atendimento às crianças que estudam na instituição pesquisada. A área da educação é vasta e existem vários temas que se podem problematizar e desenvolver pesquisas, no entanto, voltado para o atendimento a alunos especiais e/ou deficientes, faz-se necessário e importante apresentar cada vez mais estudos e resultados que se relacionem com o crescimento e desenvolvimento da educação inclusiva, no intuito de enriquecer a comunidade acadêmica com diferentes vertentes e aprendizados, os quais podem ser constatados e refletidos.

Portanto, o objetivo deste trabalho foi analisar a aplicabilidade da Lei 13.146/15 no âmbito da Educação Inclusiva, em uma escola municipal citada anteriormente; averiguar se os docentes da instituição estão capacitados para atender aos discentes deficientes, assim como também distinguir a educação inclusiva da educação especial.

No desenvolvimento desta produção monográfica, buscou-se embasamento em referências bibliográficas para discorrer sobre aspectos históricos e legais que culminaram com os direitos atuais das pessoas com deficiência, bem como, diferenciar a educação inclusiva da especial em um contexto de inclusão do ensino fundamental I. Logo após, apresenta-se o procedimento metodológico, caracterizando o tipo de pesquisa escolhida, o local de estudo, nomeando os participantes e metodologia usada para a coleta de dados. Por fim, apresentaram-se os resultados obtidos após discussão e análise dos registros obtidos. Quando relacionados de forma geral as leis, os decretos e os renomados teóricos com a realidade vivenciada, ainda que minúscula, de uma pequena escola localizada em um dos milhares municípios que formam a federação brasileira concluiu-se as considerações com a certeza da importância e relevância da implementação da Lei Brasileira de Inclusão nas instituições escolares de todo o Brasil.

## 2. ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Educação Inclusiva na intenção de atender os discentes que necessitam de um apoio educacional singular tem crescido significativamente nos últimos anos. Atualmente, em todas as vertentes da sociedade, especificamente na comunidade escolar, observa-se uma grande representatividade de indivíduos deficientes, o que mostra que essa classe vem se fortalecendo e buscando seus direitos, lutando e combatendo a exclusão escolar e social.

Para entender o mundo pelos olhos da educação inclusiva e estudá-la corretamente, é necessário um olhar atento quanto a sua história. Isso inclui a partir do momento em que foram iniciados os primeiros passos da educação especial, até os dias atuais. Portanto, aqui se faz referências quanto aos aspectos legais e históricos da pessoa com deficiência, as diferenças entre a educação inclusiva e a educação especial e ainda o ensino fundamental I no contexto da inclusão.

Demonstrando um pequeno relato histórico das primeiras ideias de inclusão social, Mazzota (2011, p. 2) afirma:

A inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas. Na Europa e nos Estados Unidos da América, já nos anos 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência figurava entre os direitos sociais básicos expressos em importantes documentos legais e normativos. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais.

Percebe-se que a luta pela garantia dos direitos do deficiente vem se propagando há muito tempo, onde a inclusão é um tema presente em nossa sociedade muito antes da década de 1970 e que já no Brasil Império observa-se essa ansiedade.

No período Imperial datado do século XIX, já vinha sendo demonstrado no Brasil certa preocupação no atendimento as pessoas com deficiência, criando estabelecimentos que pudessem servir de apoio para essa determinada situação, assim como Lanna Júnior (2010, p. 22) afirma:

[...] o contexto do Império (1822-1889), marcado pela sociedade aristocrática, elitista, rural, escravocrata e com limitada participação política, era pouco propício à assimilação das diferenças, principalmente as das pessoas com deficiência. O Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841, determinou a fundação do primeiro hospital “destinado privativamente para o tratamento de alienados”, o Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa

Casa de Misericórdia, instalado no Rio de Janeiro. O estabelecimento começou a funcionar efetivamente em 9 de dezembro de 1852.

Um dos primeiros espaços criados no Brasil foi no ano de 1854, onde consta o surgimento do Imperial Instituto dos Meninos Cegos – atual Instituto Benjamin Constant - IBC, objetivando atender as crianças cegas do Império:

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi criado pelo Imperador D. Pedro II, em 1854, para instruir as crianças cegas do Império. A instituição foi instalada no Rio de Janeiro e tinha como modelo o Instituto de Meninos Cegos de Paris, cujos métodos de ensino eram considerados os mais avançados de seu tempo. Foi o discurso eloquente do jovem cego e ex-aluno do Instituto de Paris José Álvares de Azevedo que convenceu o imperador a instituí-lo, durante uma audiência intermediada pelo médico da corte, ao Dr. José Francisco Xavier Siga e pelo Barão do Rio Bonito, o então presidente da Província do Rio de Janeiro (LANNA JUNIOR, 2010, p. 23).

Posteriormente, no ano de 1856, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, dessa vez, por iniciativa privada pelo professor E. Huet:

O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos foi criado em 1856, por iniciativa particular do francês E. Huet, professor surdo e ex-diretor do Instituto de Surdos Mudos de Bourges. A criação do Instituto e suas primeiras atividades foram financiadas por donativos até 1857, quando a lei orçamentária destinou-lhes recursos públicos e o transformou em instituição particular subvencionada (Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857), posteriormente assumida pelo Estado. Huet dirigiu a instituição por aproximadamente cinco anos e, depois de sua retirada, em 1861, o Instituto entrou em processo de desvirtuamento de seus objetivos (LANNA JUNIOR, 2010, p. 24).

Com relação ao atendimento:

O Instituto atendeu apenas três pessoas surdas em 1856. Com o tempo, esse atendimento se expandiu. A princípio, eram alunos provenientes do Rio de Janeiro, sobretudo da capital do Império, onde o Instituto estava instalado; posteriormente, vieram alunos de outras províncias: Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Santa Catarina (LANNA JUNIOR, 2010, p. 24).

De acordo com Mazzota (2003, p. 27) os “movimentos para a inclusão da educação de deficientes, da educação dos excepcionais ou da educação especial na política educacional brasileira vem ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta no século XX”.

Então foi assim que, segundo Kassir (2011, p. 67),

[...] surgiram a Pestalozzi do Brasil no Rio Janeiro em 1945, a Pestalozzi de Niterói em 1948, ambas com o apoio e colaboração de Helena Antipoff. Seguindo essa tendência, em 1954, também no Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Todavia, com a necessidade de atender as pessoas com deficiência e dar a elas o direito previsto em lei, no ano de 1961 foi promulgada a Lei nº. 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esclarecendo respectivamente nos artigos 88 e 89 as seguintes colocações:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961).

No entanto, tempos depois foi necessária uma mudança em relação ao atendimento oferecido para crianças especiais e assim, essa mudança foi sustentada pela Lei nº. 5.692/71 e observa:

Art. 9º - Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Após muitas campanhas acontecerem e também terminarem, criou-se um novo órgão no ano de 1973:

Todas as campanhas já haviam sido extintas em 1964 e, embora não duradouras, ensejaram o debate sobre a educação especial no Brasil, que desencadeou, em 1973, a criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), órgão que concentrou as discussões sobre a pessoa com deficiência no Brasil por alguns anos. Na década de 1980, por sugestão do Comitê Nacional para Educação Especial, quando o movimento buscava conquistar outros direitos além da educação, se constituiu, na estrutura governamental, um órgão responsável por coordenar todas as ações voltadas para a pessoa com deficiência: a CORDE (LANNA JUNIOR, 2010, p. 73).

Dessa forma, é necessário também ressaltar a importância da Constituição Federal de 1988 onde em seus artigos, Art. 3º, 205, 206 e 208 respectivamente prevê considerações a

respeito do direito de todos sem distinção de raça; o direito igualitário à educação; a igualdade e permanência nas escolas e ainda, especialmente o atendimento educacional especializado. No detalhamento desses artigos:

Art. 3º, inciso IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Art. 205 - a educação como um direito de todos, garantindo o desenvolvimento da pessoa, assim como o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

Art. 206 – Inciso I – estabelece a Igualdade de condições de acesso e permanência na escola;

Art. 208 – garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

É importante também ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança, a pessoa com até doze anos de idade, e adolescente entre doze e dezoito anos de idade. Ainda sobre o ECA, ele dispõe da Lei que ampara a criança e ao adolescente:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Em continuidade com a história das leis em relação com a pessoa deficiente e a inclusão escolar, Mazzota (2011, p. 4) detalha:

A inclusão escolar figurou como tema de conferências internacionais, tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien (Tailândia), e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 em Salamanca (Espanha) com a cooperação da UNESCO.

Durante a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) houve um grande marco na educação especial em todo o mundo. A declaração de Jomtien como ficou conhecida, faz parte da história da Educação Especial Mundial e preconiza:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deverá estar em condições de aproveitar as oportunidades educacionais oferecidas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Estas necessidades abarcam tanto as ferramentas essenciais para a aprendizagem [...] como os conteúdos básicos da aprendizagem [...] necessários para que os seres humanos possam

sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem varia de país a país em sua cultura e muda inevitavelmente com o transcurso do tempo.

Em consonância com os direitos da educação especial, a Declaração de Salamanca foi até a Conferência Mundial de Educação Especial, marco importante no decorrer dessa história, proclamar por esses mesmos direitos:

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (1994, p.1).

A Declaração de Salamanca é um dos documentos mais importantes já publicados na área e Menezes e Santos (2001, p. 1) conceituam:

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

Com relação ainda ao direito da criança, a educação especial também está incluída na sociedade e nas atividades educacionais, no ano de 2009 foi promulgada aqui no Brasil, a Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência que aconteceu em Nova York no ano de 2006. Nesta convenção, em seu artigo 24, parágrafo 2º, a convenção declara:

2º Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não



sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;

c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;

d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2009).

Outro aporte imprescindível na história da educação inclusiva é a Lei Brasileira da Inclusão – também conhecida como EPD - Estatuto da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/15 que foi sancionada no dia 06 de Julho de 2015, a qual tem como principal meio norteador, para os direitos da pessoa com deficiência. Em seu texto, o artigo 2º conceitua:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão afirma que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência”. Ainda relacionando, no capítulo IV, art. 27 da mesma, é assegurado o direito à educação da pessoa com deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A lei propõe ainda que não deve haver discriminação em nenhuma hipótese, seja ela de idade, etnia, raça, cor, entre outros. Selecionando ainda os deveres com as crianças e adolescentes em seu art. 4º, afirma:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

São grandes os marcos da história da educação especial. Estamos em crescentes mudanças e a previsão é de outras maiores ainda. A corrida pelo direito e igualdade de educação a pessoa com deficiência ainda não acabou e continua sendo transcrita para a história mundial.

## **2.1. Diferenças entre a Educação Inclusiva e a Educação Especial**

Muito se fala sobre a inclusão, sobre a Educação Inclusiva e sobre a Educação Especial. No entanto, como saber de que se tratam realmente esses termos e quais as diferenças entre eles? A partir dessa escrita monográfica pode-se ainda levantar referências que ajudará a nortear a conceituação dos termos supracitados.

Mendes fala um pouco acerca de debates relacionados ao tema da Educação Inclusiva:

Em resumo, ao longo dos últimos trinta anos, tem-se assistido a um grande debate acerca das vantagens e desvantagens, antes, da integração escolar, e, mais recentemente, da inclusão escolar. A questão sobre qual é a melhor forma de educar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais não tem resposta ou receita pronta ( 1995, p. 387).

Camargo (2017, p. 1) conceitua que “A Inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas (...) tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela”.

A educação inclusiva, não está inteiramente relacionada ao aluno deficiente, mas sim para com todos, funcionando como um modelo educacional que ampare o desenvolvimento de uma escola igualitária em que não haja preconceitos. Explanando isso, a Declaração de Salamanca conceitua os princípios como o:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (1994).

A Educação Especial atende aos alunos considerados deficientes. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em seu documento elaborado pelo Grupo de Trabalho intitulado Portaria nº 948/2007, afirma que:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Para não haver a ocorrência de dúvidas acerca do discente portador de deficiência, a mesma portaria conceitua:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (BRASIL, 2008).

Sabendo que ainda há muitas dúvidas em relação a quem é o aluno deficiente, a exposição do trecho acima explica o conceito de alunos com deficiência, como também explica bem seus impedimentos e transtornos globais de desenvolvimento.

## **2.2. O ensino fundamental I no contexto da inclusão**

Com a Lei de Diretrizes Educacionais foi possível estabelecer "igualdade e condições para o acesso e permanência na escola" e com isso, trouxe também os mesmos direitos às pessoas com deficiência. No entanto, o crescimento e proporção que esse assunto vem sendo trabalhado, é muito importante estabelecê-lo no âmbito do ensino fundamental I, onde as crianças têm seus primeiros contatos com a vida escolar.

O ensino fundamental, sendo um dos níveis mais importantes da educação básica brasileira, é um direito de todos e não pode ser privado a nenhum brasileiro. No entanto, se mantido em classes especiais, a pessoa com deficiência, estará caracterizado como desrespeito ao que gere a constituição em seus artigos 206 e 208, já citados anteriormente.

A educação inclusiva objetiva oferecer aos educandos os meios possíveis para incluí-lo na sociedade, na vida acadêmica e garantir os direitos fundamentais da pessoa com deficiência. Assim,

[...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008).

Ou seja,

Um dos objetivos mais importantes da inclusão é estabelecer a igualdade nas relações, de modo que haja respeito mútuo num plano horizontal em que a participação de cada um tenha o mesmo valor que a de todos os outros. As diferenças devem ser entendidas no plano da horizontalidade das relações (SEKKEL; MATOS, 2014, p. 88).

É importante observar na LDBEN, em seus parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 59, as considerações acerca do apoio especializado na educação básica, o que também preza no Ensino Fundamental I, o atendimento em locais especializados quando não puder incluir o educando nas salas comuns, e ainda a oferta da educação especial a partir de zero a seis anos da educação infantil. Veja detalhes:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

O que preconiza a educação especial é o direito de igualdade a todos, para tanto, ressalta-se a LDBEN Lei 9.394/96 quando traz ainda em seu artigo 59 a seguinte declaração:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições

adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Em relação à formação docente, seria viável uma preparação maior para trabalhar com a educação especial, no entanto, a LDBEN preconiza apenas:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Visto isso, nas recomendações de especialistas é válido destacar, Almeida (2000, p. 36-37):

[...] desenvolver a capacidade sensorial, física e auditiva do deficiente irá ajudá-lo na adaptação social, ao se demonstrar habilidade, adquire-se respeito e, por consequência, ganha-se autoconfiança. Assim, ele poderá interagir com seu meio social de maneira segura e independente. Esses aspectos serão de grande valia para o deficiente durante toda a vida. Afinal, sentir-se importante é fundamental para qualquer pessoa.

Assim, a escola, a comunidade e a família têm papéis fundamentais e construtores na educação especial da pessoa com deficiência. Isso inclui desde a educação infantil, ensino fundamental, até os anos finais da educação básica que é o ensino médio.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1. Caracterização da pesquisa**

A pesquisa aqui apresentada caracteriza-se por responder as perguntas que melhorem o conhecimento do que já é conhecido. Dessa forma, iniciou-se a observação do campo a fim de entender a rotina escolar com prévios conhecimentos pertinentes referentes ao tema estudado.

As considerações acima são corroboradas por Gil:

Pode-se definir pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos (...). Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2002, p.17).

Optou-se pela pesquisa qualitativa por ser compreendida de atividades específicas que aproveitam a naturalidade do ambiente para extração direta de dados que serão discutidos sem a preocupação de comprovação das evidências que predefiniram as hipóteses antes do início dos estudos. “O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudança, e tentando intuir as consequências” (OLIVEIRA, 2011, p. 24).

Com a pesquisa objetiva, pretende-se descrever como está acontecendo à aplicabilidade da Lei Brasileira de Inclusão, a qual apresenta também cunho descritivo. “São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (GIL, 2002, p. 42).

Logo, optou-se pela pesquisa descritiva visto que objetiva-se a descrição do fenômeno da inclusão das pessoas com deficiência no âmbito escolar, não apenas pelos docentes, mas, por toda comunidade escolar, abordando assim, uma problemática de forma qualitativa.

#### **3.2. Local da pesquisa**

O campo de estudo é uma escola que atende a zona urbana no município de Araruna-PB. O critério de escolha para o local foi ter o conhecimento de que aquela instituição escolar é a pioneira na implementação de salas de Atendimento Educacional Especializado no ensino

fundamental I, vivenciando essa prática há muitos anos. Dessa forma, fora considerada a melhor opção para o campo de pesquisa.

### **3.3. Participantes**

Participaram dessa pesquisa 14 (quatorze) docentes escolar de uma determinada instituição municipal que atende o município de Araruna-PB. Os professores desta população foram observados e estudados quando se aplicou um determinado instrumento de pesquisa. Contabilizado 14 professores, os quais trabalham em turmas das séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Os critérios de busca para os participantes foram os professores devido à relação de trabalho e estudo em uma perspectiva de atenção à realidade das crianças especiais que são atendidas no dia a dia do cotidiano escolar.

### **3.4. Instrumentos e procedimentos para a coleta de dados**

Para observar os participantes da pesquisa, fez-se necessário a observação do campo de estudo (instituição), bem como a elaboração de um questionário aos docentes para conhecer mais especificamente a realidade de inclusão do cotidiano escolar. Sendo necessário, consequentemente, o levantamento dos dados que contribuíram para a pesquisa, como por exemplo, o número da população escolar diferenciando os docentes, funcionários, discentes e discentes com deficiência; foi importante também, identificar as deficiências mais comuns dentro da referida instituição de ensino.

O instrumento consta de um questionário com perguntas abertas e fechadas garantindo o total anonimato aos docentes questionados. Segundo Oliveira, “as abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise de dados” (2011, p.38).

A coleta dos dados foi feita de forma individual, dando um prazo de uma semana para o docente, deixando-o à vontade para responder e entregar o material. O instrumento completo encontra-se anexo.

O questionário foi construído com base nos objetivos da pesquisa. Além do mais, consta ainda como parte integrante deste, questões sócio demográficas. Durante o período em que o instrumento fora aplicado, fez-se necessário identificar o grau de familiaridade com a

Educação Inclusiva e a qualidade da capacitação dos educadores em uma perspectiva inclusiva e igualitária na comunidade discente.

### **3.5. Análise dos dados**

Os professores entrevistados foram submetidos ao mesmo instrumento de pesquisa (questionário), com as mesmas perguntas. Após o processo de coleta e a organização, todo o material recolhido foi lido, transcrito e analisado de forma qualitativa na intenção de obter uma melhor explicação dos dados fornecidos. Em seguida, foi feita a organização das argumentações de acordo com o elenco das perguntas do instrumento, confrontando e assimilando o entendimento repassado.

### **3.6. Considerações éticas**

Durante todo o processo preservou-se o anonimato dos colaboradores/pesquisados do trabalho. Foi entregue o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a cada um dos docentes. Após leitura e ciência da proposta de trabalho, todos assinaram o termo. Foi informado ainda que todas as respostas e informações seriam preservadas e resguardadas, em todo o processo de pesquisa.



#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Entre os 14 professores entrevistados, há homens e mulheres, ambos entre 26 e 60 anos, e com uma experiência docente de 08 a 35 anos. Em cada sala de aula há entre 03 e 25 alunos matriculados. Os entrevistados lecionam do 1º ao 5º ano, possuem graduação em Pedagogia, pós-graduação na área de Psicopedagogia, Educação ou ainda não terminaram sua especialização. Entretanto, quase todos os participantes já possuem certa experiência com a Educação Inclusiva. Aliás, entre os entrevistados, um leciona especialmente em uma sala de AEE e o outro em uma sala de recursos.

A partir de agora será apresentada à análise dos dados. Primeiramente, sobre o contato no ambiente escolar com pessoa com deficiência.

##### **1) Na sua condição de professor desta escola, já teve ou tem algum aluno que seja pessoa com deficiência física, sensorial, mental e/ou intelectual?**

É importante observar a relação que os professores desta escola tem para com a pessoa com deficiência, e ainda, se os mesmos trabalham com elas em sala de aula. Com o número total de professores entrevistados 14, sete deles afirmaram que já tiveram alunos que seja pessoa com deficiência, seis que atualmente trabalham com esses alunos, e apenas um afirmou nunca ter tido discentes nessa determinada condição.

Pelas respostas obtidas, observa-se que entre os entrevistados apenas um professor nunca teve experiência com alunado deficiente quer física, sensorial, mental e /ou intelectualmente. Isso não é um ponto negativo necessariamente, já que todos os outros professores têm ou já tiveram algum aluno com deficiência, o que demonstra que há uma tentativa de inclusão sendo abordada nessa escola. A partir das respostas podemos interpretar que há a tentativa de inclusão, porém, não necessariamente que ela esteja sendo posta da maneira correta. Dessa forma, ressalta-se o estudo de Sant'Ana (2005, p. 227) quando diz “que os fundamentos teórico-metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos”. Essa prática deve ser uma vivência realizada em todo o espaço escolar, devendo ser direcionada através de formação constante em uma perspectiva contínua e consciente do direito à diferença e a oportunidade.

**2) Ao longo de sua formação, seja na graduação ou seja em formações continuadas, você passou por alguma preparação específica para atender pessoa com deficiências física, sensorial, mental e/ou intelectual?**

Para conhecer as possíveis deficiências existentes na educação inclusiva, é imprescindível conhecer a formação que esses mesmos professores recebem ao decorrer de sua vida acadêmica.

Quando perguntados a respeito de formação e/ou preparação específica para atendimento a alunos considerados especiais, oito afirmaram que sim, tiveram essa preparação; cinco responderam que não, e apenas um deixou em branco, dessa forma, não respondeu.

De acordo com as respostas obtidas, percebe-se que a maioria dos docentes já passaram por algum tipo de formação para atender a pessoa com deficiência. O ponto negativo é que da mesma forma que uns tiveram, outros não tiveram nenhum tipo de formação específica para atender a esses alunos. Ressaltamos mais uma vez Sant'ana (2005, p. 228):

Diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos. Aqui, tendo-se em vista a capacitação docente, a participação das universidades e dos centros formadores parece ser relevante.

Em mais uma assertiva, percebe-se a importância da capacitação docente na busca pela melhoria da qualidade de educação e socialização àqueles que necessitam de especialidade no atendimento.

**3) Em sua condição docente e com suas experiências, a partir das políticas educacionais, acredita que elas de fato promovem a educação inclusiva na escola? Justifique.**

Para se trabalhar a educação inclusiva e entender os preceitos que a regem, é importante considerar as respostas desses profissionais, pois aqui se pode compreender o lado desses professores e também identificar o que esses mesmos revelam acerca desse modelo educacional.

Professor 1: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*

Professor 2: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*

Professor 3: *Não respondeu e não justificou.*

Professor 4: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*

Professor 5: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*

Professor 6: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*  
 Professor 7: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*  
 Professor 8: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*  
 Professor 9: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*  
 Professor 10: *Não, da forma que estão colocadas, elas não promovem a educação inclusiva e não justificou.*  
 Professor 11: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*  
 Professor 12: *Não respondeu e não justificou.*  
 Professor 13: *Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva e não justificou.*  
 Professor 14: *Não, da forma que estão colocadas, elas não promovem a educação inclusiva. Justificativa: porque não há capacitação para o professor atender o público alvo.*

Diante dos dados obtidos e analisados, entende-se que a maioria dos professores acredita que sim, as políticas educacionais promovem a educação inclusiva. No entanto, os que responderam sim, não justificaram suas respostas. A única resposta justificada foi a do professor 14, mas ele não acha que as políticas públicas promovem a educação inclusiva porque não há capacitação para atender o público alvo. Quando se leva em consideração a justificativa desse mesmo professor, Sant’Ana (2005, p. 233) indica que: “tornam-se evidentes os obstáculos à proposta de inclusão. O principal deles parece ser a falta de preparo do professor para atuar com esses alunos.”

Durante a observação de campo, como também na análise dos dados recolhidos, percebemos uma variedade de deficiências que fazem parte da rotina daquela instituição escolar, apesar da situação corriqueira, sentimos a falta de preparo para atender essas diferentes especialidades, o que vem acarretar uma grande barreira no desenvolvimento desses indivíduos.

#### **4) Quais tipos de deficiências são encontradas entre os alunos desta escola?**

Estudando esta referida escola é importante conseguir resultados relacionados aos tipos de deficiência, já que assim pode-se também identificar as mais comuns nas escolas, tomando esta como exemplo.

Professor 1: *Deficiência física, mental e intelectual*  
 Professor 2: *Intelectual e mental*  
 Professor 3: *Deficiência física, Autismo e Síndrome de Down*  
 Professor 4: *Autismo, mental, física e múltiplas*  
 Professor 5: *Autismo, múltiplas e etc.*  
 Professor 6: *Não respondeu*  
 Professor 7: *Deficiência física, mental e sensorial*  
 Professor 8: *Deficiência física*  
 Professor 9: *Intelectual*  
 Professor 10: *Síndrome de Down e Deficiência múltipla*

Professor 11: *Autismo, múltiplas e etc.*

Professor 12: *São múltiplas as deficiências, desde mental, física, intelectual, entre outras.*

Professor 13: *Deficiência física, sensorial e intelectual*

Professor 14: *Diversos, mas como educador não podemos dá diagnóstico.*

Após analisar os dados, percebe-se que o tipo de deficiência mais encontrado na escola é a deficiência física, em seguida, a mental/psicológica, o que nos remete a necessidade do professor saber quais são as especificidades para cada aluno. Ainda sabendo das dificuldades existentes, o professor deve procurar também se manter atualizado acerca dessas questões e procurar sempre o melhor para seu alunado, e claro, também, para sua própria carreira profissional. Assim como no estudo de Nascimento (2009, p. 289), quando afirma:

Portanto, todos os que estão envolvidos com a aprendizagem desses educandos precisam refletir sobre o seu papel e, aperfeiçoar as condições oferecidas, para que esses alunos tenham um bom desempenho acadêmico com aprendizagens significativas e contextualizadas com suas necessidades e interesses.

É de extrema necessidade que o docente perceba sua importância no processo de inclusão e igualdade social, o desenvolvimento do discente deficiente dependerá da atuação do ensino-aprendizagem dentro de uma perspectiva especial e especializada.

**5) Em relação aos alunos com deficiências, quais as dificuldades que você identifica/identificou para incluí-los no cotidiano escolar? Justifique.**

Mais uma vez é importante ressaltar que o conhecimento desses profissionais é imprescindível para revelar as falhas ocorridas na educação inclusiva.

Professor 1: *São muitas dificuldades, desde a falta de estrutura adequada da escola, o elo com a criança deficiente, a falta de carinho, apoio e amor familiar, tudo isto faz parte.*

Professor 2: *Limitações nos recursos disponíveis e ausência de um cuidador/auxiliar.*

Professor 3: *Devemos ter um olhar minucioso quanto as habilidades e a percepção que os alunos apresentam, sobretudo aqueles que manifestam alguma deficiência.*

Professor 4: *A colaboração dos pais.*

Professor 5: *Falta de apoio de profissionais especializados na área.*

Professor 6: *A interação e comportamento.*

Professor 7: *Na época que eu ensinei os alunos com dificuldade, foram: ficar sozinha, não interagiu com as outras crianças, não gostava de falar, só gritava quando estava agitada, ou quando queria alguma coisa.*

Professor 8: *Nunca tive a oportunidade de trabalhar com nenhum deficiente.*

Professor 9: *Falta de experiências e dificuldade na aprendizagem durante o estudo dirigido.*

Professor 10: *Falta de apoio de profissionais especializados na área.*

Professor 11: *Falta de apoio de profissionais especializados na área.*

Professor 12: *Eles apresentam dificuldades em interagir com os colegas.*

Professor 13: *A maior dificuldade está relacionado a família.*

Professor 14: *Eu identifico através da experiência nos anos de docência.*

Diante das respostas obtidas, percebe-se que a maior dificuldade é a falta de apoio de profissionais especializados na área, o que faz entender que não existe na instituição escolar pelo menos uma pessoa qualificada para atender a pessoa com deficiência, pois assim como no estudo de Nascimento (2009, p. 289), “o atendimento de estudantes com deficiência necessita de intervenções pedagógicas que usem metodologias e práticas de ensino adequadas às especificidades e peculiaridades de cada educando”. Professores especializados também englobam o quesito especificidades e peculiaridades de um aluno.

Na fala dos professores 1, 4 e 13, percebem-se ainda dificuldades com a família. Vale ressaltar que o apoio de toda a comunidade é essencial para o ensino aprendizagem de um aluno, seja ele uma pessoa com deficiência ou não. É possível ainda afirmar que com todas as respostas obtidas, os professores não se sentem aptos para trabalhar com crianças com deficiência.

#### **6) Em relação à aprendizagem e rendimento escolar dos alunos com necessidades educativas, o que você percebe?**

Existem variadas discussões na escola quanto à aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, no entanto, aqui pode se conhecer subjetivamente como cada professor desta instituição percebe o rendimento desses alunos.

Professor 1: *Que há muitas dúvidas no que se refere ao rendimento, pois o rendimento de uma criança especial nem sempre será o mesmo nível de uma criança normal.*

Professor 2: *O processo ocorre lentamente, contudo os mesmos conseguem desenvolver algumas habilidades e competências. Observa-se ainda a ausência da família.*

Professor 3: *Percebo que muitas vezes os pais não aceitam que o seu filho tenha alguma deficiência por falta de conhecimento, e até mesmo com medo do preconceito.*

Professor 4: *Percebo que através da socialização e interação os alunos estão se desenvolvendo aos poucos.*

Professor 5: *Falta de interação com os demais colegas em sala de aula.*

Professor 6: *Precisa de muito avanço, dedicação e entrega total.*

Professor 7: *A aprendizagem é lenta, tem que ter muito tempo disponível com a criança e isso muitas vezes não é possível quando a sala está lotada de alunos e você tem que cumprir o cronograma nos conteúdos.*

Professor 8: *Percebe-se que essa aprendizagem é lenta, porém produtivas.*

Professor 9: *Percebo uma aprendizagem lenta e defasada.*

Professor 10: *Falta de interação com os demais colegas na sala de aula, apoio da família.*

Professor 11: *Apoio da família falta muito, interação com os demais colegas na sala de aula também falta.*

Professor 12: *Alguns desses educandos não conseguem assimilar o que está sendo ensinado e nem se interessam pelos os conteúdos que lhes é apresentado.*

Professor 13: *Aprendizagem lenta, com avanços muito significativos.*

Professor 14: *Que os mesmos precisam de demais profissionais para ajudar nas intervenções.*

Após a análise dos dados, percebe-se na fala dos professores 2, 4, 7, 8, 9, e 13, uma revelação de aprendizagem lenta. Embora alguns acreditem chegar a algum caminho, o professor 8 e o professor 9, por exemplo, citam uma aprendizagem defasada. Assim, com a fala do professor 9 entende-se que o mesmo enxerga um processo de ensino-aprendizagem, mas este processo é descompassado e atrasado. Dessa forma, é importante observar que o professor deve acreditar na educação inclusiva, e assim como no estudo de Briant e Oliver (2012, p. 142), o docente saiba que:

As estratégias utilizadas pelos professores na escola e na sala de aula possibilitam o desenvolvimento do processo de inclusão escolar de crianças com deficiência levantando questões relacionadas ao envolvimento do docente com esse trabalho e à necessidade de equiparar oportunidades de acesso e aprendizagem para todos os alunos.

O discente deficiente necessita de uma estratégia diferenciada para seu pleno desenvolvimento. São necessárias metodologias especializadas e diferenciadas para garantir uma aprendizagem eficaz e igualitária aqueles que não possuem as mesmas condições de entendimento e raciocínio.

#### **7) De acordo com a sua vivência, como é a adaptação dos alunos com necessidades educacionais em relação à escola?**

Para efeito da pesquisa, saber também a adaptação desses alunos no ambiente escolar é muito importante para conhecer a capacidade que esses mesmos estudantes têm quanto ao cotidiano escolar.

Professor 1: *A escola em si proporciona, atende as dificuldades de aprendizagem, como também a diversidade comportamental analisando a diversidade o cumprimento do seu papel com estratégias que permitam a integração dos alunos.*

Professor 2: *Diante do acolhimento, os alunos se adaptam com facilidade, ocasionando uma integração ao meio e com os agentes envolvidos.*

Professor 3: *Boa parte dos alunos com deficiência adaptam-se muito bem as escolas quando sentem-se de fato aceitos.*

Professor 4: *Trabalhar a realidade do aluno de acordo com sua necessidade especial.*

Professor 5: *No momento ainda não temos suporte adequado para atender alunos.*

Professor 6: *Elas tem acompanhamento da sala AEE e profissionais que as ajudam.*

Professor 7: *Eles participam de tudo que acontece na escola. Tem aula particular no horário oposto, participam de brincadeiras, está sempre interagindo com os outros alunos.*

Professor 8: *Acredito que a escola procura atender de forma coerente a aprendizagem de individuo particularmente.*

Professor 9: *Adaptação dos alunos é excelente mesmo o espaço não sendo apropriado para atender as necessidades educativas.*

Professor 10: *No momento não temos suporte adequado para atender os alunos.*

Professor 11: *No momento não temos suporte adequado para atender os alunos.*

Professor 12: *Alguns gostam de freqüentar esta instituição outros na demonstram nenhum interesse.*

Professor 13: *Acolhemos muito bem, em seguida a organização do atendimento.*

Professor 14: *Sua adaptação é bem aceita, tanto com os colegas como o corpo docente em geral.*

Diante dos dados, os professores 2, 3, 7, 9, e 14 alegam que os alunos conseguem se adaptar bem a escola. No mais, entende-se que os alunos são bem acolhidos na escola e isso os ajudam também na adaptação. Além disso, a aceitação dos colegas e também da iniciativa docente é um ponto crucial para os alunos deficientes se sentirem adaptados a realidade escolar.

Paradoxalmente, nas respostas dos professores 5, 10 e 11 percebe-se uma negativa, pois afirmam que no momento não há suporte adequado para atender os alunos. Do ponto de vista desses professores, os alunos não são adaptados à escola por falta de suporte adequado.

Ainda de acordo com as respostas da questão 7, é válido observar a fala do professor 6 que diz que as crianças deficientes são acompanhadas em uma sala de atendimento educacional especializado que a escola oferece com a ajuda de um profissional exclusivo. Porém, não menciona se há relação no processo de aprendizagem entre a AEE e o ensino na sala regular.

#### **8) Em relação ao atendimento e inclusão dos portadores de necessidades educativas, o que você propõe para melhorar essa realidade?**

Ouvir atentamente o que esses profissionais têm a revelar quanto às melhorias da educação inclusiva é muito importante, tendo em vista que eles trabalham com as técnicas diariamente.

Professor 1: *Proponho que se trabalhe com tema que foque a inclusão do aluno no ensino comum para o exercício da cidadania dando direitos a todos a uma educação sem discriminação e preconceito, evitando as dificuldades encontradas.*

Professor 2: *Para que a inclusão ocorra de fato e de verdade o número total de alunos devem ser reduzidos (nas salas) onde o professor titular conte com o apoio de outro professor especialista em sala.*

Professor 3: *As escolas devem ser cuidadosamente planejadas e adaptadas para que atendam as necessidades específicas desses alunos, com professores preparados, pois o professor geralmente sente-se ansioso e temeroso diante de nova situação para qual não se encontra preparado.*

Professor 4: *Precisa-se de apoio com a equipe multifuncional.*

Professor 5: *Apoio de profissionais especializados.*

Professor 6: *Que se faça presente na escola uma equipe multifuncional para melhor suporte.*

Professor 7: *Acredito que para levar uma solução mais viável é necessário colocar em ação novas alternativas e práticas pedagógicas que favoreçam a todos os alunos com necessidades, como uma estrutura física adequada na escola, salas de aulas com aparelhagem que atendam as necessidades de cada deficiência, oferecer cursos de profissionalização e etc.*

Professor 8: *Que se trabalhe com pessoas qualificadas e que sejam realmente instruídas para atender as necessidades de cada um.*

Professor 9: *Para melhorar essas necessidades educativas propõe escola e profissional preparado.*

Professor 10: *Apoio profissionais especializados.*

Professor 11: *Apoio de profissionais especializados.*

Professor 12: *Que venham profissionais capacitados para que possamos trabalhar em parceria, e assim conseguir de fato incluir esses alunos na sala de aula.*

Professor 13: *Que toda a escola participe deste processo, não apenas o professor do AEE porém todos da escola.*

Professor 14: *União de todos para que eles se sintam acolhidos.*

Na fala dos professores, percebe-se que grande maioria propõe o apoio de profissionais especializados na área. O que mais uma vez nessa entrevista faz-se presente o sentimento de impotência e insegurança por parte dos professores, uma vez que esses profissionais não estão/sentem-se preparados para atender a alunos que sejam pessoas com deficiência. No mais, apoio estrutural, a exemplo de acomodações físicas, também é citado como fator de melhoria no atendimento as necessidades educativas.

É pertinente observar a resposta do professor 2. Salas muito cheias não atribuem liderança por parte do docente, pois ele precisa está muito atento ao seu alunado e isso só é possível quando se tem o número reduzido de alunos. Também é muito importante observar a resposta do professor 14, a junção da comunidade escolar contribui para o processo de ensino-aprendizagem desses alunos. Segundo Sant'Ana (2005, p. 228)

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas.

A inclusão educacional não se restringe apenas à sala de aula e/ou a pessoa do docente, estende-se a todo o espaço escolar, aos diversos profissionais que compõem a unidade de ensino, em uma coletividade que fomente um ambiente acolhedor e propício as práticas educativas independentes da presença de discentes deficientes ou não.



**9) Nesta instituição há algum projeto para as pessoas com deficiências e necessidades educativas? Qual ou quais?**

Conhecer os projetos da escola é importante, mais importante ainda é chegar aos resultados que este trabalho tem como objetivo, conhecer a realidade da educação inclusiva nesta escola.

Professor 1: *Projeto AEE.*

Professor 2: *Desconheço a existência de algum projeto. Contudo, existe uma sala de AEE.*

Professor 3: *Temos uma sala de recurso, onde são atendidos crianças com necessidades especiais.*

Professor 4: *Não.*

Professor 5: *Não.*

Professor 6: *Não sei informar.*

Professor 7: *Sim; AEE. Atendimento Educacional Especializado.*

Professor 8: *Não sei, até o momento não tive o conhecimento, pois sou novata na escola.*

Professor 9: *Não.*

Professor 10: *Não.*

Professor 11: *Não.*

Professor 12: *Não.*

Professor 13: *Diretamente ainda não, porém indiretamente sim, incluímos esses alunos nas atividades propostas na escola.*

Professor 14: *Sim – sala de recursos, mais é muito pouco.*

Com o resultado das respostas, percebe-se certa discrepância entre elas. Alguns professores afirmaram que o AEE é um projeto da escola. Outros afirmaram que não existe nenhum projeto, e ainda, alguns outros que não sabem informar ou não tem conhecimento. Todavia, seria necessário, pelo menos nessa questão, encontrar consenso na fala dos professores, já que todos participam da mesma escola e poderiam respectivamente conhecer os projetos da referida instituição.

Todavia, será levado em consideração como projeto o AEE, já que se entende que com isso, a escola demonstra preocupação no atendimento à pessoa com deficiência.

**10) No planejamento anual há debate e/discussão sobre as pessoas com deficiências e necessidades educativas? Como é feito e discutido?**

Rotina escolar, planejamento e discussões acerca do atendimento educacional a pessoa com deficiência são partes constituintes da educação inclusiva. Assim, conhecer esses princípios nesta instituição nos traz resultados quanto à organização escolar para com a pessoa com deficiência.

Professor 1: *Sim, é discutido coletivamente com os professores a propósito de atender as diferenças dos alunos e como se adaptar aos ritmos de aprendizagem de cada criança.*

Professor 2: *Sim. Levantamento de alunos por turma; apresentam textos e vídeos para discussão. Sentimos a ausência de um planejamento efetivo para atendimento deste público.*

Professor 3: Não respondeu

Professor 4: *Sim, a discussão é realizada em encontros pedagógicos.*

Professor 5: *Sim. Através dos encontros pedagógicos.*

Professor 6: *Ainda não tivemos esse momento.*

Professor 7: *Sim, participo de um curso de Educação Inclusiva de Araruna, oferecida a todos os professores da cidade. É realizado quinzenal na Secretaria de Educação com a professora Alcione, onde discutimos sobre tudo que acontece com essas crianças, desde bebê até a vida adulta elaborando projetos, oficinas de jogos, atividades diferenciadas para cada tipo de necessidades apresentados, etc...*

Professor 8: *Sim, discussão coletiva propondo atender de maneira simples e eficaz a cada pessoa com deficiência, seja física, sensorial, mental ou intelectual.*

Professor 9: *Sim. É feita entre professores e coordenadores com conversa informal sobre as necessidades educativas para cada um que tem a deficiência física, sensorial, mental, entre outras.*

Professor 10: *Sim, através de encontros pedagógicos.*

Professor 11: *Sim, através de encontros pedagógicos.*

Professor 12: *Há debates nos encontros pedagógicos, mais até agora não passa disso, ainda não recebemos suporte para atender crianças que apresentam necessidades educativas.*

Professor 13: *Sim, coletivamente.*

Professor 14: Não respondeu.

O professor 1 apresenta em sua fala, que há um planejamento anual e ele é discutido coletivamente, ou seja, em conjunto com professores, coordenadores e gestores, e ainda respeitando as variadas formas de deficiência. Em conformidade, na fala dos professores 4, 5, 10, 11, e 13 encontramos dados parecidos, onde é afirmado mais uma vez que há planejamento e discussão sobre o atendimento as pessoas com deficiência.

Essas discussões e planejamentos são de suma importância para o processo de ensino aprendizagem dessas crianças, pois de acordo com Santos (2012, p. 945), os:

[...] estudos de caso, planejamento individualizado e materiais de apoio são alguns dos elementos importantes para a atuação do professor junto ao aluno com deficiência intelectual, e não diferem dos princípios e das estratégias também utilizados com alunos sem deficiência.

É importante observar também na fala do professor 7 que afirma participar de um curso preparatório para se trabalhar com a Educação Inclusiva, oferecido pela Secretaria de Educação no próprio município. No mais, assim como em outras questões aqui analisadas, foi encontrada certa discrepância entre as respostas dos professores, a exemplo do professor 6 que alega não ter tido esse momento e outros vários professores que alegam sim, ter um planejamento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a relevância da Educação Inclusiva no Brasil é muito importante. A educação inclusiva se refere ao processo democrático para ampliar as formas de participação de todos os estudantes ao ensino regular, respeitando suas diferenças, sejam elas físicas, cognitivas ou socioculturais. Os preceitos problemáticos desta pesquisa está no reconhecimento da implementação da lei brasileira de inclusão com professores do ensino fundamental I.

Para efeito de elaboração do estudo, a pesquisa objetivou no geral, analisar a aplicabilidade da Lei nº 13.146/15 no âmbito da Educação Inclusiva, em uma Escola Municipal na cidade de Araruna/PB. Os objetivos específicos preceituaram verificar se os docentes da instituição estavam capacitados para atender aos discentes deficientes e distinguir a educação inclusiva da educação especial.

No que concerne aos resultados obtidos e quanto ao trabalho dos professores na escola estudada, pôde-se identificar que entre os entrevistados apenas um professor nunca teve experiência com alunado deficiente, seja ela física, sensorial, mental e /ou intelectual. O que não nos traz como algo negativo necessariamente, já que todos os outros professores alegaram ter atualmente ou em outros períodos esses alunos.

Quanto à formação que esses professores recebem encontrou-se também um ponto bastante positivo quando perguntados, pois os resultados foram de que a maioria dos docentes já passaram por algum tipo de formação para atender a pessoa com deficiência. No entanto, ainda há outros profissionais (embora não muitos) que não tiveram nenhum tipo de formação específica para atender a esses alunos.

Na pesquisa também foi possível observar as principais deficiências registradas na escola, acerca da aprendizagem desses alunos e como os professores percebem a adaptação deles no cotidiano escolar.

Ainda com destaque positivo, durante a pesquisa e com a análise dos dados obtidos, pôde-se também observar que a escola oferece projetos quanto ao atendimento educacional especializado.

Dessa forma, sem nenhuma relutância, pode-se afirmar que a educação inclusiva e as questões de igualdade estão entrelaçadas na escola e na vida dos educandos, mas deve-se lembrar de que se trata de um dever de todos. Quanto à problemática da pesquisa, ela pôde ser respondida, já que em uma das análises ficou claro que a Lei Brasileira de Inclusão está sendo implementada na escola.

No entanto, é um caminho que ainda está sendo percorrido e que nas escolas é possível encontrar professores desatualizados e que não olham para o aluno/pessoa com deficiência como rege o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mas, é melhor considerar os avanços já que agora se conhece a educação antes da educação inclusiva, ou seja, desde a época imperial sendo possível observar avanços.

Contudo, os dados contidos nesta pesquisa não devem ser generalizados e merecem serem aprofundados para ampliar e conhecer melhor a temática, o que é muito importante para efeito de conhecimento e relevância no assunto.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação lúdica, técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2000.

ALVES, Maria Luíza Tamure; DUARTE, Edison. **Os caminhos percorridos pelo processo inclusivo de alunos com deficiência na escola: uma reflexão dos direitos construídos historicamente**. *Rev. Educ. Espec.*, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 207-218, maio/ago. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em 15 de maio de 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 20 de maio de 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em 20 de maio de 2018.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em 12/mai/2018.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4024.htm). Acesso em: 15/mai/2018.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm) Acesso em: 12/set/2017.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 13/set/2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em: 02/FEV/2018.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. **Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo**

estratégias e ações. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 18, n. 1, p. 141-154, Mar. 2012 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382012000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000100010) Acesso em 22 de abril de 2018.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru , v. 23, n. 1, p. 1-6, Mar. 2017 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132017000100001#B8](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001#B8) Acesso em 16/set/2017.

**CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS**, 1990, Tailândia. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>. Acesso em: 10/mai/2018.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 16/set/2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 41, p. 61-79, Sept. 2011 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000300005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000300005&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em 20 de maio de 2018.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. Saude soc.**, São Paulo , v. 20, n. 2, p. 377-389, Junho de 2011 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902011000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200010) Acesso em: 15/set/2017.

MENDES, E. G. Deficiência Mental: **A construção científica de um conceito e a realidade**. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995, p. 387. Disponível em: <[http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde\\_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=2&id=1587&listaDetalhes%5B%5D=1587&processar=Processar](http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=2&id=1587&listaDetalhes%5B%5D=1587&processar=Processar)>. Acesso em: 26/ago./2017.

NASCIMENTO, SE. A educação profissional: interfaces com a educação especial. In: DÍAZ, F., et al., orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 289-301. ISBN: 978-85-232-0928-5. Disponível em <http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-27.pdf> Acesso em 23 de abril de 2018.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. 72p.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **Educação inclusiva**: concepções de professores e diretores. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 10, n. 2, p. 227-234, Aug. 2005 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722005000200009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722005000200009&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em 22 de abril de 2018.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 38, n. 4, p. 935-948, dez. 2012 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022012000400010&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000400010&lng=pt&tlng=pt) Acesso em 23 de abril de 2018.

SEKKEL, Maria Claire; MATOS, Larissa Prado. Educação Inclusiva: formação de atitudes na educação infantil. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v. 18, n. 1, p. 87-96, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a09.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

**APÊNDICE****UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UFPB****COMPONENTE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO****APRENDENTE: Ivânia Patrícia da Silva****MATRÍCULA: 91411481****POLO: Araruna****ENTREVISTA AO DOCENTE**

Estamos desenvolvendo uma pesquisa referente ao tema da Educação Inclusiva e gostaríamos da sua colaboração para responder o presente questionário. As respostas serão utilizadas apenas para objeto de análise. Não há respostas certas ou erradas, precisamos apenas da sua sinceridade. Sua identificação não é necessária e preservaremos o anonimato em todo o processo de pesquisa.

Idade: \_\_\_\_\_

SEXO: FEMININO ( )

MASCULINO ( )

Há quanto tempo leciona? \_\_\_\_\_

Possui Pós-Graduação? Se possui, qual área? \_\_\_\_\_

Qual a série que você leciona? \_\_\_\_\_

Quantos alunos? \_\_\_\_\_

- 1) Na sua condição de professor desta escola, já teve ou tem algum aluno que seja pessoa com deficiências física, sensorial, mental e/ou intelectual?

( ) Nunca

( ) Já tive

( ) Tenho

- 1) Ao longo de sua formação, seja na graduação, ou seja em formações continuadas, por alguma preparação específica para atender pessoa com deficiências física, sensorial, mental e/ou intelectual?

( ) Sim

( ) Não

- 2) Em sua condição docente e com suas experiências, a partir das políticas educacionais, acredita que elas de fato promovem a educação inclusiva na escola?

( ) Sim, acredito que elas promovem a educação inclusiva.

( ) Não, da forma que estão colocadas, elas não promovem a educação inclusiva.

Justifique:

- 3) Quais tipos de deficiências são encontradas entre os alunos desta escola?

- 4) Em relação aos alunos com deficiências, quais as dificuldades que você identifica/identificou para incluí-los no cotidiano escolar? Justifique.



- 5) Em relação à aprendizagem e rendimento escolar dos alunos com necessidades educativas, o que você percebe?
- 6) De acordo com a sua vivência, como é a adaptação dos alunos com necessidades educacionais em relação à escola?
- 7) Em relação ao atendimento e inclusão dos portadores de necessidades educativas, o que você propõe para melhorar essa realidade?
- 8) Nesta instituição há algum projeto para as pessoas com deficiências e necessidades educativas? Qual ou quais?
- 9) No planejamento anual há debate e/discussão sobre as pessoas com deficiências e necessidades educativas? Como é feito e discutido?

Agradecemos sua participação!

**ANEXOS**

**ESTADO DA PARAIBA**  
**ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Rua: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XX – CEP: 58233.000**  
**Araruna - PB**

**TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, gestor (a) desta instituição de ensino, aceito a pesquisadora Ivânia Patrícia da Silva, sob a orientação do Professor Mestre Carlos da Silva Cirino, da Universidade Federal da Paraíba–UFPB do Curso de Pedagogia a Distância, a realizar a pesquisa intitulada: IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO/ CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: história da educação inclusiva, conceitos e formação docente.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa supracitada concedo a autorização para seu desenvolvimento.

Araruna - PB, 05/ 04/ 2018.

---

Gestor

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e participar da pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado (a): IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: história da educação inclusiva, conceitos e formação docente. Desenvolvido pela pesquisadora Ivânia Patrícia da Silva, a quem poderei contatar/ consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº xxxxxxxxxxxx ou email: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais busca conhecimento acerca sobre a Lei Brasileira de Inclusão e ao mesmo tempo fazer uma análise acerca dos conceitos de inclusão e formação docente. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação. Minha colaboração se fará de forma anônima por meio de questionário. O acesso e a análise dos dados coletados se farão pela pesquisadora. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Araruna/PB, 06/04/2018.

Assinatura do (a) participante

---

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL**

Eu, CARLOS DA SILVA CIRINO, professor da Universidade Federal da Paraíba UFPB, responsabilizo-me pela orientação do(a) aluno (a) IVÂNIA PATRÍCIA DA SILVA, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, cujo projeto de pesquisa intitula-se IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: história da educação inclusiva, conceitos e formação docente. Comprometo-me a assegurar que sejam seguidos os preceitos éticos previstos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e demais documentos complementares. Responsabilizo-me também pelo projeto de pesquisa, pelo fiel acompanhamento das atividades de pesquisa e pelos resultados da pesquisa para sua posterior divulgação no meio acadêmico e científico.

Araruna/ PB, 15 de 02 de 2018.

---

Assinatura do Pesquisador Responsável